



1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos –**
3 **SEC Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -Palácio**
4 **das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**



7
8 **Assembleia Ordinária do**
9 **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR 06/11/2015**

10 Ao seis dias do mês de novembro do ano de 2015, às 8h30 min. em primeira convocação, na sala de
11 reuniões do 7º andar da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social- SEDS, Palácio das
12 Araucárias, sito à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº Bairro Centro Cívico, em Curitiba - Paraná, foi dado
13 início à Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, para qual os Conselheiros foram
14 previamente convocados. A saudação inicial foi proferida pelo Conselheiro presidente Rubens Marcon,
15 representante da Sociedade Civil Recanto Espirita Somos Todos Irmãos, do município de Maringá, que
16 antecipadamente agradeceu a presença de todos. ° 1ª chamada – Presenças:- Presidente Rubens
17 Marcon (Recanto Espirita Somos Todos Irmãos) (Regional de Maringá), Artur dos Santos Andrade (Núcleo
18 de Ação Solidária à AIDS-NASA), Carlos da Silva (Londrina), Franciele Schimtz (ER Francisco Beltrão),
19 Inês Roseli Tonello (Assoc. De Pais e Amigos dos Excepcionais -APAE), Maria Auxiliadora Marçal de Lima
20 (Sarandi), Silvana Hertz (CRESS – 11º Regional Cianorte), Paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã –
21 Regional de Londrina), Andréia Gomes Santos (CRESS- Regional de Paraguá), Wlanete Cassiano de
22 Barros Justino (SEDS), Dionéia Maciel (CREES -Regional de Guarapuava), Marta Maria dos Santos
23 (Usuária -Regional de Cascavel), Dulce Darolt (SEJU), Zilma Moraes de Oliveira (Usuária -Regional de
24 Maringá), Maricléia Gemeli chaves (APAE Guaraniaguçu), Delvana Oliveira (SEED), Lindalane Mazza Casas
25 (COHAPAR) -Total: - 17 Conselheiros. ° **Apreciação da pauta e possíveis inclusões.** 1) Conselheira
26 Roseli – Breves comentários sobre a Conferência Estadual da Pessoa Idosa encerrada ontem. 2)
27 Conselheiro Paulo - fortalecimento dos Fóruns Regionais. 3) Conselheira Dulce (SEJU) – informes
28 relativos ao Programa Paraná Cidadão. 5) Conselheiro Carlos – Relatório Final da Conferência Estadual de
29 Assistência Social. **Aprovada a pauta.** ° Registrada a chegada da conselheira Cintia Beal Rush (SEPL),
30 técnica Marcia Mazzarotto (COGEMAS), Dra. Daniela Simões (PGE), Dr. Luiz Henrique Tortola (OAB). °
31 **Aprovada a ata de setembro de 2015.** ° Informes da Secretaria Executiva – Helena Navarro Gimenez.
32 ° Registrada a chegada da superintendente da Assistência Social/ SEDS) e da conselheira Alzenir de
33 Fátima Santos (SEDS). Essa solicitou para antecipar o relato da Comissão de políticas Sociais, para o
34 período da manhã – **Aprovado** . ° Informes- Justificativas de ausências. a) A conselheira Mileny Valério
35 de Lima justificou ausência, por conta de problemas internos no seu trabalho. b) O conselheiro Denis
36 César Musial (Irati) encaminhou justificativa, devido a uma audiência agendada para o mesmo dia. c)
37 Recebida a justificativa de ausência do conselheiro Vanderlei da Silva (Pastoral da Criança) devido a
38 situação de saúde familiar. d) Recebida a justificativa de ausência da Conselheira Iva Sandra (SEAB), uma
39 vez que está participando da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Brasília. e)
40 A conselheira Dulce Darolt, da SEJU, justificou sua ausência na reunião das Comissões, por conta de
41 compromisso de trabalho, anteriormente agendado. h) As conselheiras Karen e Delvana da (SEED)
42 justificaram ausência no período da manhã (plenária), devido a demandas de trabalho. ° Em 09/09/15,
43 recebido o ofício nº 0052/2015 procedente do CMAS de Curitiba, trazendo convite da Conferência
44 Municipal de Curitiba. ° Em 15/09/15, recebido o ofício nº 070/2015, procedente do COMAS de Maringá,
45 com cópia do ofício enviado ao presidente Nacional de Assistência Social. ° Em 15/09/15, recebido ofício
46 nº 022/2015, procedente do CMAS de Santa Terezinha do Itaipú, trazendo documentação solicitada pelo
47 CEAS. ° Em 15/09/15, recebido ofício nº 080/2015, procedente do CMAS de Foz do Iguaçu, em resposta
48 ao ofício nº 166/2015. ° Em 15/09/15, recebido ofício nº 04/2015, procedente do CMAS de Ramilândia,
49 em resposta ao Ofício nº 165/2015 do CEAS. ° Em 16/09/15, recebido Memo nº 339/2015, procedente
50 do Er de Londrina, trazendo a justificativa da não realização da Conferência municipal de Primeiro de
51 Maio. ° Em 25/09/15, recebido o ofício nº 225/2015, procedente da SEDS/CPSE, trazendo convite para a
52 cerimônia da assinatura do Termo de adesão de aceite do cofinanciamento PAEFI. ° Em 25/09/15,
53 recebido o ofício nº 2041/2015, procedente da SESA, em resposta ao ofício nº 201/2015 do CEAS. ° Em
54 25/09/15, recebido o ofício nº 885/2015, procedente da SEJU, indicando participante para a Conferência.
55 ° Em 28/09/15, recebido o ofício nº 229/2015, procedente do CEDCA, narrando a situação de calamidade
56 no município de Foz do Iguaçu. ° Em 28/09/15, recebido o ofício nº 150/2015, procedente do CMAS de
57 Cascavel, abordando ausência de repasse estaduais, para serviços de acolhimento institucional para
58 jovens e adultos com deficiências. ° Em 28/09/15, recebido o ofício nº 036/2015, procedente do
59 município de Pitangueiras, trazendo a justificativa da não realização da Conferência municipal de
60 Assistência Social. ° Em 02/10/15, recebido o ofício nº 408/2015, procedente da UNICENTRO,
61 justificando o não comparecimento. ° Em 14/10/15, recebido o Memo nº 255/2015, procedente do ER de
62 Cascavel, trazendo ofício do conselheiro Vanderlei da Silva (CEAS), sobre processo de renovação do
63

64 benefício tarifa social de água. ° Em 14/10/15, recebido telegrama do governador em exercício,
65 Deputado Ademar Traiano, impossibilidade de comparecer à Conferência Estadual de Assistência Social. °
66 Em 22/10/15, recebido o ofício nº 032/2015, procedente do CMAS de Mamborê, trazendo o balancete
67 financeiro do FMAS. ° Em 22/10/15, recebido o ofício nº 629/2015, procedente do Poder Legislativo de
68 Maringá, parabenizando o Conselheiro Rubens Marcon por ter sido eleito Presidente do CEAS/PR. ° Em
69 22/10/15, recebido o ofício nº 1087/2015, procedente do Ministério Público Federal, abordando a
70 regularização dos CMAS dos Municípios de Vera Cruz do Oeste e Ouro Verde do Oeste – Inquérito Civil nº
71 1.25.002136/2011-71. ° Em 28/11/15 recebido o ofício nº 127/2015, procedente da Fundação de Ação
72 Social, em resposta ao ofício nº 159/2015/CEAS. No momento seguinte, pediu a palavra a
73 Superintendente de Assistência Social Maria de Lourdes Corres San Roman. Essa abordou alguns pontos
74 referentes à Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, encerrada um dia atrás. Afirmou tratar-
75 se de uma população com características e nível econômico diferenciado, que demonstrou muito interesse
76 em conhecer a realidade dos seus direitos. Apontou ter sido uma Conferência brilhante, tendo
77 surpreendido positivamente. Pedindo a palavra, a conselheira Inês Roseli Tonello (APAE) destacou a
78 grandiosidade desse evento, enaltecendo a organização, a efetiva participação dos idosos, o conteúdo da
79 brilhante palestra proferida pelo geriatra Dr. Marcos Cabrera (Londrina), os grupos de trabalho com
80 destacada produção. Sentindo-se feliz pela inclusão do Idoso com deficiência, a conselheira Inês Roseli,
81 finalizou parabenizando o CEDI/PR bem como toda a equipe da SEDS. Completou a técnica e conselheira
82 Alzenir (SEDS), colocando ter sido um evento de grande significado, cujo tema foi:- “Protagonismo e
83 empoderamento da pessoa idosa.” ° Registrada a chegada do conselheiro Leandro Nunes Meller (SEDS)
84 e Viviane Santos (SETI). ° **Comissão de Políticas Sociais – Relatora conselheira Dionéia. 3.1**
85 **Pauta Permanente: Panorama de Pagamento do Renda Família Paranaense. Relato:** A técnica
86 Michele da UTPFP apresenta o panorama de Pagamento do Renda Família Paranaense informando que os
87 meses de agosto, setembro e outubro ainda estão dentro do prazo para saque pelas famílias. Apresenta a
88 folha de pagamento do mês de outubro sendo: 81.731 famílias que tiveram o benefício creditado,
89 totalizando o valor de R\$ 2.382.891,00; e de novembro, sendo: 88.689 famílias que tiveram o benefício
90 creditado, totalizando o valor de R\$ 2.561.272,00. Informa que o valor médio recebido por família, no
91 mês novembro, é de R\$29,00. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **3.2. Pauta**
92 **Permanente: Panorama de Pagamento do Incentivo Família Paranaense. Relato: INCENTIVO**
93 **DELIBERAÇÃO 42/13.** Relato: A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente à primeira parcela do
94 Incentivo Família Paranaense, 95 municípios já receberam a parcela; 05 municípios estão com pendências
95 nos documentos enviados. Referente à segunda parcela do Incentivo, dos 95 municípios que receberam a
96 primeira parcela, 1 ainda não enviaram prestação de contas, 44 municípios estão com pendências nos
97 documentos enviados, 09 estão em análise da prestação de contas no setor financeiro e 40 foram pagos.
98 Os municípios que ainda não receberam as respectivas parcelas, devem se atentar ao cumprimento dos
99 critérios da deliberação 042/13 CEAS para o recebimento das mesmas. **INCENTIVO II - DELIBERAÇÃO**
100 **28/15.** Relato: A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente ao Incentivo II, 54 municípios
101 receberam o recurso, 1 município enviou documentos fora do prazo estipulado e 01 município permanece
102 com pendência em documentos. Em dado momento, a técnica Paula (SEDS) fez algumas considerações
103 sobre a Deliberação 042/2013. A coordenação atua com os Ers acerca do monitoramento dos
104 documentos e prestações de contas (2ª parcela do Programa Bolsa Família). Solicitou ao Conselho a
105 possibilidade de encaminhar um ofício, chamando para uma possível atenção. Deixou claro que a Unidade
106 Técnica trará em Dezembro, um estudo sobre os municípios envolvidos nesse recebimento. Pediu a
107 palavra a conselheira Letícia Reis, deixando claro que há tempos se discute o modelo de transferência de
108 renda. Faz-se um estudo de efetividade, sendo investidos mais de 60 milhões de reais de recursos do
109 Fundo. Adiantou ainda da necessidade de se ter um olhar diferenciado, contemplando famílias com
110 repasse estadual, para aquelas que não recebem benefício federal. Essas questões sempre serão
111 pactuadas na CIB e depois repassadas ao Conselho, já que o colegiado mostra-se muito alinhado com a
112 Unidade. Avaliando a questão, o conselheiro Leandro (SEDS) lembrou que as discussões sobre tais
113 repasses precisariam ser encaminhadas antes do ano eleitoral. O Governo Federal fez exigências junto
114 aos estados, para que procedessem de imediato tais transferências. A SEDS providenciou essa medida,
115 sempre com o aprimoramento do processo. Daí, surgiram alguns questionamentos: - a questão foi
116 discutida na CIB e o que se enfrenta são situações políticas interferindo nas questões técnicas. No
117 decorrer desse processo, nada foi detectada de negativo. O conselheiro afirmou ter trazido esse fala,
118 justamente para reforçar a existência de clareza em todos esses atos. Foi destacado pela conselheira
119 Elenice Malzoni que as 2 coordenações procedem a análise dos processos. Sabe-se que a maior
120 dificuldade enfrentada pelas entidades no acesso desses recursos, é justamente a sua própria gestão. É
121 difícil transitar por esses caminhos, no entanto as questões políticas jamais devem prejudicar as pessoas.
122 ° Registrada a chegada da conselheira Marcela (GFS/SEDS). Diante do exposto, a conselheira Inês Roseli
123 (APAE) afirmou que passou a entender os reais objetivos do Programa Família Paranaense e admirá-lo. A
124 explanação trazida pelo estatístico Sérgio Inácio demonstrou que os números não não metem e o
125 resultado está nas pontas. Lamentou que esses benefícios ainda não atingiram os 399 municípios
126 paranaenses. Abrindo um espaço, o Presidente Rubens relatou ter sido procurado por reportagens,

127 indagando sobre prejuízos sofridos pelas famílias, no que se refere a possível retirada dos recursos.
128 Tendo em vista a realização da Conferência, não se teve plenária antecipada. Sendo assim, foi acordado
129 que após o dia 06, seria possível agendar uma entrevista. Declarou que submete ao plenário qualquer
130 manifestação, pois não estando na CIB, os esclarecimentos são fundamentais. Deixou evidente ter
131 entendido que o governo encontra-se em estudos, sempre buscando as melhorias. Uma vez que as
132 estruturas são diferenciadas disse a superintendente Maria de Lourdes, um dos objetivos seria fortalecer
133 os serviços e ter gestões fortes. Manifestou um agradecimento dirigido ao presidente Rubens, por ter
134 trazido tal situação para o coletivo, numa clara demonstração de pleno amadurecimento. Dando suporte
135 aos conselheiros, a conselheira Alzenir (SEDS) informou o plenário sobre a realização do 1º Seminário
136 estadual do Programa Família Paranaense, evento esse realizado nos dias 09 e 10 de novembro, no
137 auditório Poty Lazzarotto no museu Oscar Niemeyer, envolvendo os Comitês Regionais. Com a troca de
138 técnicos nos ERS da SEDS, os desafios são inúmeros. O evento terá a presença de dois especialistas na
139 área e um técnico do BID que abordará o trabalho na América Latina. O colegiado poderá encaminhar
140 dois conselheiros da sociedade civil, para participar desse encontro. Contatar os conselheiros de Curitiba
141 José Araújo da Silva e Ricardo Vilarinho. Pontuado que são importantes a socialização e o conhecimento,
142 assim os conselheiros estaduais poderiam compor os Comitês regionais. **Parecer da Comissão:** Ciente.
143 **Parecer do CEAS:** Ciente. **3.3. Pauta Permanente: Programa Luz Fraterna. Relato:** A técnica
144 Michele da UTPFP, apresenta a planilha referente aos meses de julho, agosto e setembro do Programa Luz
145 Fraterna, sendo: no mês de julho, 138.896 famílias, totalizando R\$ 3.323.427,45; agosto 143.701
146 famílias, totalizando R\$ 3.601.046,45; e setembro 145.126 famílias totalizando R\$ 3.625.836,51.
147 **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **3.4. Novo Modelo de Transferência de
148 Renda Estadual – Renda Família Paranaense. Relato:** A técnica Letícia Reis informa que o novo
149 modelo ainda está em processo de estudo e será apresentado ao conselho oportunamente. **Parecer da
150 comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente, a UTPFP apresentará um estudo preliminar para
151 apreciação na reunião do colegiado pela manhã de quinta-feira. **3.5. Protocolado nº 13.770.200-2:
152 Retorno do ER de Guarapuava sobre o Centro Social Urbano do Município de Pitanga. Relato:**
153 Foi solicitada visita técnica do ER de Guarapuava para verificação do Centro Social, quanto ao
154 funcionamento e à estrutura do espaço físico de propriedade do município de Pitanga, que foi reformado
155 com recurso do FEAS Emergencial. Realizou-se a visita pela técnica do ER a qual relatou que: a estrutura
156 conta com espaço amplo no qual são atendidas famílias e indivíduos, vítimas de calamidade pública e
157 emergência; no caso dos serviços ofertados, identifica que são realizados cursos profissionalizantes e
158 envia listas de presença dos cursos. **Parecer da comissão:** Enviar o protocolo à SAS para manifestação
159 das coordenações de PSB e PSE, tendo em vista que a comissão entendeu ser necessária
160 complementação das informações (com mais clareza), sobre os serviços ofertados, sobre os recursos
161 utilizados, sobre o perfil das famílias atendidas e demais informações que as coordenações julguem
162 pertinentes. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.6. Pedido de Pauta do conselheiro Vanderlei sobre o
163 benefício Tarifa Social da Água. Relato:** O conselheiro Vanderlei encaminha ofício ao ER de Cascavel e
164 ao presidente do CEAS, informando que, no processo de renovação do benefício Tarifa Social da Água
165 diversas associações de moradores estão sendo procuradas para fornecimento de declaração de renda
166 para as famílias beneficiárias. Dessa forma, solicita encaminhamento do CEAS referente à revisão da
167 legislação estadual que versa sobre o assunto, tendo em vista que não cabe às entidades ou associações
168 emitir essa declaração. **Parecer da comissão:** Enviar ofício em resposta ao conselheiro Vanderlei,
169 informando que será realizado contato para agendamento de reunião entre a CPSB e UTPFP com a
170 Sanepar a fim de esclarecimentos e definições sobre a forma como está sendo solicitada comprovação de
171 renda às famílias beneficiárias, a reunião deverá ser acompanhada por um representante conselheiro da
172 sociedade civil. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.7. Panorama do processo de aperfeiçoamento
173 gradativo dos CRAS. Relato:** O técnico Ricardo informa que, a partir de 2014, todos os municípios que
174 permaneceram em processo de aperfeiçoamento gradativo, referente à estruturação dos CRAS, terão
175 bloqueio de cofinanciamento federal até a superação das situações (conforme resolução da CIT nº
176 21/2013/CIT). Informa que, até a data de 05/11, dos 65 CRAS identificados, 48 superaram as
177 dificuldades e 17 permanecem na situação de bloqueio. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do
178 CEAS:** Ciente. **3.8. Passe Livre Intermunicipal. Relato:** A assessoria da Pessoa com Deficiência
179 informa sobre o reconhecimento do passe livre para pessoa com deficiência e pessoas com doenças
180 crônicas, como benefício, conforme pactuado na CIB. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:**
181 Ciente. **3.9. Para conhecimento: Protocolado nº 13.741.447-3. Relato:** Ofício nº 173/2015/CEAS
182 PR à SAS/SEDS referente à necessidade de acompanhamento junto aos municípios da estruturação das
183 equipes de referência da Assistência Social. Em resposta, a SAS/SEDS, informa que foram encaminhados
184 memorandos aos ERs para que sejam reforçadas as orientações junto aos municípios, reforçando o
185 disposto na NOB/RH/SUAS. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Aprovado, que seja
186 enviado pelo CEAS aos CMAS ofícios com o mesmo conteúdo já encaminhado pelo SAS aos ERS. **3.10.
187 Informes Gerais do Programa Família Paranaense. Relato:** A técnica Alzenir, do UTPFP, informa
188 que, nos dias 09 e 10 de novembro, das 9:00 às 18:00, acontecerá no Auditório Poty Lazzarotto - MON, o
189 primeiro Seminário Estadual do Programa Família Paranaense – Práticas intersectoriais para superação da

190 pobreza no Paraná. - Público-alvo: integrantes da unidade gestora estadual e comitês regionais do
191 Programa Família paranaense. O seminário contará com dois especialistas que abordarão dois temas
192 centrais: fortalecimento das redes intersetoriais e acompanhamento familiar. Durante os dois dias
193 acontecerão mesas sobre as ações intersetoriais, monitoramento e avaliação, além dos temas centrais. O
194 convite é extensivo aos conselheiros do CEAS. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente,
195 fica como sugestão que o CEAS faça contato com os conselheiros de Curitiba (Araújo e Ricardo)
196 enviando convite para participação. **Inclusão de Pauta: 3.11. Plano de Regionalização. Relato:** A
197 equipe técnica da CPSE apresentou as adequações indicadas em parecer do MDS sobre o Plano de
198 Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial para a Média e Alta Complexidade. A equipe
199 apresentou um quadro com os apontamentos considerados como adequados e pontos a serem adequados
200 de cada um dos serviços, bem como, quais as alterações que a CPSE sugere para encaminhar ao MDS.
201 Com relação a Média Complexidade: O parecer do MDS foi parcialmente favorável, sendo solicitado
202 algumas informações adicionais, as quais já foram encaminhadas. Considerando que dos 24 municípios
203 elegíveis contidos no Plano de Regionalização, dois município (Nova Cantu, Saudade do Iguazu)
204 desistiram da implantação de CREAS, assim existe a possibilidade de outros virem a não aceitar. Nesse
205 contexto há necessidade de identificar municípios suplentes, ampliando os critérios anteriormente
206 aprovados no CEAS e efetivamente implantar 24/CREAS/PAEFI Municipais. A proposta é de permanecer:
207 com os municípios que apresentam demanda de acordo com o Estudo realizado pela SEDS; retirar
208 municípios que possuem CREAS com recurso Federal, bem como os municípios que possuem repasse de
209 recurso estadual vigente. E inserir os municípios abaixo de 5 mil habitantes, que na proposta anterior
210 estavam fora. Sendo assim, nessa proposta ficam 18 municípios suplentes, seguindo o mesmo
211 ordenamento da proposta anterior: municípios pela microrregião com menor quantidade de CREAS,
212 municípios com maior demanda (IDA-CREAS) e municípios com rede de serviços (PESERS). Com relação
213 a Alta Complexidade: O parecer do MDS foi desfavorável para as propostas dos Serviços de Acolhimento
214 Institucional para Crianças e Adolescentes e para o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e
215 Famílias. As propostas para o Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes é de
216 ter 20 metas na modalidade Casa Lar, sendo financiadas pelo Gov. Estadual e Cofinanciadas pelo Gov.
217 Federal em Casas Lares já existentes no Estado, por termos já demonstrado no Plano que existem vagas
218 ociosas, no entanto, existe demanda específica para atendimento (criança/adolescente com deficiência
219 e/ou transtorno mental associado). E outras 30 metas distribuídas em 05 unidades de Acolhimento na
220 modalidade República para jovens, para tal demanda a NGI realizou estudo para identificar as
221 microrregiões com maior demanda para esta modalidade, bem como identificamos os municípios de
222 maior porte de cada região para sediarem o serviço. Porém, este processo depende de articulações com
223 os municípios para definição dos municípios sede e vinculados, desta forma realizará as devidas
224 mobilizações no momento de implementação do Plano, inclusive com reavaliações periódicas desse
225 planejamento atualizando-o e aprimorando-o, o que poderá acontecer já nessas primeiras reuniões junto
226 aos municípios propostos como sede e vinculados com a possibilidade de alterar este cenário. Com
227 relação ao Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, a proposta é de manter os
228 municípios vinculados considerados estudos já realizados, porém a CPSE afirma que não há dados
229 suficientes para definição de municípios vinculados, sendo necessárias articulações e mobilização para
230 identificação de demanda e municípios vinculados. **Parecer da comissão:** Ciente quanto às adequações
231 do Plano; Aprova a Minuta de Deliberação apresentada pela PSE. **Parecer do CEAS:** Ciente, quanto as
232 adequações do Plano da Regionalização. Aprovação da Minuta de Deliberação apresentada. Solicita a
233 remessa das adequações e as atualizações referente a esse Plano. Alguns conselheiros manifestaram o
234 desejo de obter mais informações sobre diversos mecanismos:- tem-se já um Plano com a proposta do
235 Estado, no que se refere a regionalização que ao ser lido, trará importantes subsídios. Sendo registrada
236 em ata a pedido , o CEAS solicitou à Coordenação de Proteção Especial que seja planejado um
237 momento , onde sejam construídos estratégias sobre esse Plano, junto às regiões que cada um
238 representa. **° Aprovada a indicação dos conselheiros Inês Roseli e Paulo Silvério (Sociedade
239 Civil) para participar do evento, havendo as condições naturais dos recursos na SEDS. 3.12.
240 Protocolo nº 13.820.734-0, Município de Cerro Azul: Incentivo família Paranaense II.** Relato: A
241 técnica Paula, da UTPFP, informa que o município de Cerro Azul deveria protocolar no ER Curitiba até a
242 data de 05/10, conforme Deliberação 061/15, os documentos necessários para finalizar a adesão ao
243 Incentivo Família Paranaense II. Segundo Parecer Técnico do Escritório Regional os mesmos foram
244 entregues na data de 09/10 e 28/10. Salientamos que os mesmos cumprem todas as exigências
245 solicitadas na Deliberação 28/15 e que em consulta ao Sistema de Acompanhamento das Famílias do
246 Programa Família Paranaense, o município está, no momento, com 191 famílias incluídas, excedendo a
247 meta solicitada na mesma. Desta forma, remetemos o protocolado ao CEAS para deliberação quanto o
248 acesso do município ao recurso pleiteado, visto que os documentos cumprem as exigências da
249 Deliberação 028/15, mas foram enviados posteriormente ao prazo estipulado na Deliberação 061/15, que
250 prorrogava o prazo de entrega dos mesmos. **Parecer da comissão:** Aprova que o Município utilize o
251 recurso mesmo tendo entregue a documentação após prorrogação do prazo. Sendo necessária
252 deliberação do CEAS. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.13. Protocolo nº 13.695216-1, Município de**

253 **Agudos do Sul: Incentivo Família Parananense II. Relato:** O município até o momento não
254 apresentou os documentos pendentes visando o cumprimento das exigências constantes na Deliberação
255 028/15 CEAS, que aprova o Incentivo Família Paranaense II. Este havia solicitado prorrogação para tal
256 procedimento, o que foi deliberado pelo CEAS, por meio da Deliberação 061/15, até o dia 05/10. Visto
257 que o prazo expirou, e o município não enviou os referidos documentos, remetemos o protocolado ao
258 CEAS para deliberação quanto o acesso do município ao recurso pleiteado, visto que os documentos
259 entregues não cumprem as exigências da Deliberação 028/15. **Parecer da comissão:** A comissão
260 sugere novamente a prorrogação do prazo para entrega da documentação até a data de 30 de novembro
261 de 2015. Caso não seja entregue neste prazo, o Município perderá o acesso ao recurso. Sendo necessária
262 deliberação do CEAS. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.14. Prorrogação da Deliberação 047/2015:**
263 **Município de Reserva. Relato:** A técnica Paula, da UTPFP, solicita prorrogação de prazo para envio de
264 documentos por mais 30 dias, visto que não houve tempo hábil para envio dos mesmos pelo município.
265 Sendo que este manifesta interesse em acessar o referido recurso. **Parecer da comissão:** Aprova a
266 solicitação de prorrogação de prazo para mais 30 dias. Sendo necessária deliberação do CEAS. **Parecer**
267 **do CEAS:** Aprovado. **° Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo – Relatora:**
268 **Marcela (SEDS). 1.1 Balancete FEAS Setembro/2015.** A técnica Marcela apresentou o Balancete do
269 mês de Setembro/2015. **PARECER DA COMISSÃO:** Ciente . Na sequência, foi colocado um
270 agradecimento especial dirigido ao Plínio Marcondes Madureira, da Regional de Jacarezinho, tendo em
271 vista a sua efetiva ação junto aos Fóruns Regionais. Marcela Evangelista (SEDS) referiu-se ainda aos
272 municípios que vem utilizando recursos na compra de balas, sorvetes e outros. Foi consensuado em
273 elaborar uma Nota Técnica especificando as despesas que podem ser feitas com recursos do PPAS (Piso
274 Paranaense) . Maria de Lourdes (SEDS) referiu-se ao atendimento prestado aos municípios, vitimados
275 por calamidades climáticas. A orientação é para que se proceda uma vistoria imediata nos locais, por
276 parte dos escritórios regionais. Esses relatos técnicos deverão ser remetidos e acompanhados de fotos,
277 formalizando assim o envio dos recursos. **PARECER DO CEAS:** Ciente. **1.2 Nota Técnica sobre a**
278 **execução dos recursos do Piso.** Foi apresentada a minuta de Nota Técnica a ser enviada aos
279 municípios, quanto a utilização dos recursos do PPAS para festividades e distribuição de alimentos e
280 presentes. **PARECER DA COMISSÃO: Será apresentada na plenária.PARECER DO CEAS:** Aprovado
281 com encaminhamento de ofício aos ERS. **1.3 Ofício nº 150/2015 do CMAS de Cascavel.** O CMAS de
282 Cascavel encaminha ofício à SEDS, com cópia ao CEAS, solicitando informações sobre os repasses
283 estaduais referente às Residências Inclusivas, e regularização dos pagamentos. **PARECER DA**
284 **COMISSÃO:** Encaminhar ofício para CPSE para informações quanto a resposta enviada ao município.
285 **PARECER DO CEAS:** Aprovado. **1.4 Ofício nº 127/2015 – FAS-P: resposta ao Ofício nº 159/2015**
286 **CEAS/PR.** O município de Curitiba encaminhou resposta ao questionamento do CEAS quanto ao saldo de
287 recursos para Centro Dia, com a programação para execução e respectiva aprovação do CMAS. **PARECER**
288 **DA COMISSÃO:** Ciente . **PARECER DO CEAS:** Ciente. **1.5 Prestações de contas do PPAS 2º**
289 **semestre 2014.** O técnico Rhômulo apresentou a planilha com análise das prestações de contas do
290 segundo semestre de 2014. **PARECER DA COMISSÃO:** Aprovado . **PARECER DO CEAS:** Aprovado. **1.6**
291 **Solicitação do município de Ipiranga para utilização dos recursos de Calamidade: 1.6.1**
292 **Solicitação do município de Ipiranga para utilização dos recursos de Calamidade Fundo a**
293 **Fundo.** Apresentação da Resolução Ad Referendum nº 001/2015 CEAS/PR para repasse de recursos
294 fundo a fundo para o Serviços de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergência, ao
295 município de Ipiranga, que decretou estado de calamidade pública, em decorrência das fortes chuvas
296 com granizo. **PARECER DA COMISSÃO:** Aprovado . **PARECER DO CEAS:** Aprovado. **1.6.2 Protocolado**
297 **nº 13.834.794-0 - Repasse de recurso para aquisição de equipamento, ampliação, reforma e**
298 **melhoria do CRAS de Ipiranga.** A CPSB apresentou proposta de solicitação de recursos do município
299 de Ipiranga, que encontra-se em estado de calamidade pública, para aquisição de equipamento,
300 ampliação, reforma e melhoria do CRAS, que foi danificado pelas fortes chuvas de granizo, no valor de
301 até R\$ 180.000,00, com recursos da Fonte do Tesouro ou 257 - Detran, através de transferência
302 voluntária. **PARECER DA COMISSÃO:** APROVADO. **PARECER DO CEAS:** Aprovado. **1.7 Informações**
303 **sobre o FEAS e do Fundo de Combate à Pobreza e aprovação da proposta do Plano de Ação**
304 **2016.** A técnica Marcela fará relato na plenária. **PARECER DA COMISSÃO: PARECER DO CEAS:**
305 Aprova a proposta do Plano de Ação 2016. **° Fundo de Combate à Pobreza** (destinação de 2% de
306 arrecadação de supérfluos) Objetivo – atender todas as políticas públicas no âmbito da SEDS- criança e
307 adolescente, idoso, mulher, pessoa com deficiência, ações vinculadas ao SINASE (SEJU), COHAPAR
308 (moradias), SEAB (recursos para agricultura). **° Destinados 400 milhões de reais para 2016** (chamado
309 fundo 102). Foi esclarecido que a citada arrecadação distribui para as diversas fontes, todas relacionadas
310 à área social. A nomenclatura Fundo de combate á Pobreza está prevista no dispositivo constitucional e o
311 FEAS terá recursos dessa fonte, deixando claro que somente em janeiro/2016 haverá a arrecadação
312 dessa receita. Foi relatado que CEAS /PR irá deliberar sobre os recursos contidos na Fonte 102, dentro do
313 FEAS, não havendo autonomia. Aguarda-se o decreto de regulamentação para se ter claras essas
314 garantias. Foi deixado evidente pela conselheira Inês Roseli (APAE) que na Conferência Estadual de
315 Assistência Social foi apresentada uma moção, sobre essa questão. Registrou-se ser necessário contatar

316 o Conselho Nacional, para se ter clara a formulação de moções e seus trâmites. Continuou a conselheira
317 Marcela (SEDS) demonstrando ser necessário expor que trata-se de uma nova fonte do tesouro , que
318 continuará a ser deliberada pelos conselhos. A previsão constitucional permite criação do fundo de
319 combate à Pobreza e nele vincular as receitas destinadas. O FIA recebia recursos das taxas do DETRAN
320 que foram consideradas irregulares pela Assembleia Legislativa, devendo apenas serem aplicadas em
321 ações destinadas à melhoria de rodovias, DER e etc e não na área social. A questão foi encaminhada ao
322 Tribunal de Justiça e desse para o Supremo, sendo considerada inconstitucional. Algumas considerações
323 foram feitas, no que se refere à situação das entidades que deverão se adequar aos requisitos exigidos
324 pelo Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e documentação em dia. Segundo o Presidente Rubens, nas
325 questões financeiras houve um retrocesso até a nível nacional. **1.8 Ofício nº 295/2015 CEDCA/PR.** O
326 CEDCA encaminha ofício ao CEAS solicitando informações quanto as providências adotadas pelo
327 Conselho, em relação as fortes chuvas que atingiram o município de Foz do Iguaçu no mês de Setembro.
328 **PARECER DA COMISSÃO:** O CEAS aprovou o repasse de recursos fundo a fundo, para emergência e
329 socorro, aos municípios atingidos pelas fortes chuvas de setembro, dentre eles Foz do Iguaçu, cujo
330 repasse foi realizado em 04/11/2015, no valor de R\$ 207.200,00. **PARECER DO CEAS:** Aprovado o
331 parecer da comissão, enviando ofício de resposta ao CEDCA. **1.9 Protocolado nº 13.820.267-4 -**
332 **Solicitação de recursos de Bom Jesus do Sul.** A CPSB apresentou proposta de solicitação de recursos
333 do município de Bom Jesus do Sul, correspondente à devolução do saldo do convênio nº 368/2012, cujo
334 objeto era a construção do CRAS, para aquisição de equipamentos para o CRAS recém construído, no
335 valor de R\$ 42.810,95, com recursos da Fonte 257 – Detran. **PARECER DA COMISSÃO: Aprovado.**
336 **PARECER DO CEAS:** Aprovado. Anunciada na plenária a presença do representante da OAB/PR – Região
337 Campo Mourão, Dr Luiz Tortola, em substituição a Dra Luciane D'Alecio. ° **Intervalo para almoço.** °
338 **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial – Relatora:- Conselheira Maricléia**
339 **(APAE). 01 - Ofício nº070/2015 do COMAS de Maringá.** A comissão ficou ciente do referido ofício,
340 onde o CMAS de Maringá solicita orientações de como proceder com a inscrição de entidade que
341 executam ações e serviços socioassistenciais, programa de aprendizado de adolescentes e serviços de
342 acolhimento, bem como orientações específicas de como deve ser o funcionamento, estrutura física,
343 caracterização dos serviços e atividades, carga horária, equipe de referência para cada um destes
344 serviços apresentados. **Parecer da Comissão:** CIENTE. **Parecer da CEAS:** Ciente.° **Comissão de**
345 **Comunicação, Articulação e Mobilização - Relator:- Conselheiro Artur (NASA). 4.1 Pauta**
346 **Permanente: Educação Permanente do SUAS.** A técnica Jossiani informa que quatro Universidades já
347 realizaram o Programa CapacitaSuas I (UEM, UEL, UniOeste e UniCentro) e que a UEPG já inciou a
348 execução do CapacitaSUAS I, porém houve um problema com a licitação do vale-refeição o qual deu
349 deserta. A Gestão do SUAS solicitou a Universidade providências para o fornecimento dos tickets e que
350 esse seja fornecido de forma retroativa. Assim, a Universidade informa que as providências já foram
351 tomadas e já estão em andamento. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **4.2**
352 **Pauta Permanente: Vigilância Socioassistencial.** A técnica Jossiani informa que o estudo sobre a
353 Vigilância Socioassistencial, baseada nos dados do Censo e do PMAS, está em processo de finalização e
354 será apresentada, assim como o Programa Residência Técnica na reunião da sociedade civil do mês de
355 dezembro. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **4.3 Para conhecimento:**
356 **Resolução nº 11/2015 do CNAS.** O Conselheiro Artur leu a Resolução nº 11/2015 do CNAS, de 23 de
357 setembro de 2015 a qual caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de
358 Assistência Social no Sistema Único de Assistência Social, e revoga a Resolução nº 24, de 16 de fevereiro
359 de 2006. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **4.4 Prorrogação do Termo de**
360 **Cooperação do Programa CapacitaSUAS I.** A técnica Jossiani relata que a UEPG já está executando
361 os cursos do Programa CapacitaSUAS I, porém precisamos da prorrogação do Termo de Cooperação
362 Técnico Financeira nº 18/2013 para possibilitar, posteriormente, a prestação de contas pela referida
363 Universidade. **Parecer da Comissão:** Aprova a prorrogação. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **Inclusão de**
364 **Pauta: 4.5 Fortalecimento (Reativação) dos Fóruns Regionais de Controle Social.** O colaborador
365 Plínio, representante do FOREAS de Jacarezinho, propõe rearticular os fóruns regionais e estadual,
366 fortalecendo a participação efetiva dos usuários nessa instância. Para reativação dos fóruns, conta com
367 apoio dos Escritórios Regionais da CIB, COGEMAS e CEAS. **Parecer da Comissão:** Aprovado e solicita
368 deliberação do CEAS. **Parecer do CEAS:** Ciente quanto ao parecer da comissão, devendo encaminhar
369 ofício a SEDS solicitando apoio dos ERS quanto a mobilização dos Fóruns. ° Retorno da Conselheira
370 Marcela, visando finalizar a Comissão de Gerenciamento do Fundo. ° **Comissão de Acompanhamento**
371 **aos CMAS – Relatora:- Secretária Executiva Helena. 5.1 Ofício nº01/2015 do CMAS de Abatiá.**
372 O CMAS encaminhou as documentações solicitadas em resposta ao Ofício nº129/2015 do CEAS/PR, em
373 análise, foi possível constatar que: a) A Lei de criação do CMAS foi alterada em 2009. Há paridade entre
374 as representações. Há tempo de mandato da Secretária Executiva. A eleição da Secretária Executiva é
375 feita entre os conselheiros. b) Encaminharam Decreto de nomeação dos conselheiros do ano de 2013. c)
376 Encaminharam duas Atas do mês de Junho e uma Ata do mês de Julho. d) Encaminharam cópia do
377 Decreto de convocação da Conferência, a qual foi agendada para o dia 05/08. **Parecer da Comissão:**
378 Encaminhar Nota Técnica do CEAS sobre o funcionamento da Secretária Executiva e solicitar o

379 encaminhamento do Decreto de nomeação referente ao mandato 2015-2017. **Parecer do CEAS:**
380 Aprovado. **5.2 Ofício nº04/2015 do CMAS de Ramilândia.** Em resposta ao Ofício nº165/2015 do
381 CEAS/PR, o CMAS de Ramilândia informou que o Decreto de nomeação dos conselheiros referente ao
382 mandato de 2013-2015 foi publicado somente com o nome dos conselheiros governamentais e admitem
383 o equívoco cometido pela Gestão Municipal. Eles encaminham anexo à justificativa, o Decreto Municipal
384 com os nomes dos conselheiros governamentais e da sociedade civil nomeados para o mandato 2015-
385 2017. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **5.3 Ofício nº080/2015 do CMAS de**
386 **Foz do Iguaçu.** O CMAS de Foz do Iguaçu encaminhou as documentações solicitadas por meio do Ofício
387 nº166/2015 do CEAS/PR. Em análise, constata-se que: a) A Lei de criação do CMAS foi alterada em
388 2013. A composição respeite a paridade e proporcionalidade. b) A Secretaria Executiva é composta por
389 servidor do quadro próprio do município. c) Encaminharam Portaria de nomeação do Secretário
390 Executivo. d) Encaminharam duas Atas de Abril e da Conferência Municipal. e) Encaminharam Resolução
391 do CMAS que nomeia representantes do Conselho, e não Ato de nomeação do Órgão da Administração
392 Pública Municipal conforme dispõe o Art. 12 da Lei de criação do Conselho. **Parecer da Comissão:**
393 **Orientar o CMAS para o atendimento do Art. 12 da Lei de Criação do Conselho. Parecer do**
394 **CEAS:** Aprovado. **5.4 Ofício nº022/2015 do CMAS de Santa Terezinha de Itaipu.** O CMAS de Santa
395 Terezinha de Itaipu encaminha as documentações solicitadas em resposta ao Ofício nº133/2015 do
396 CEAS/PR. Em análise, foi possível constatar que: a) Encaminharam Decreto de nomeação dos
397 conselheiros para o mandato 2013/2015 publicado em 2013. No último decreto encaminhado pelo
398 município a publicação era do ano de 2015. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente.
399 **5.5 Ofício nº1087/2015 do MPF/Procuradoria da República da Comarca de Cascavel.** A
400 Procuradoria da República no município de Cascavel solicita do CEAS parecer em relação às adequações
401 dos CMAS de Vera Cruz do Oeste e Ouro Verde do Oeste. Eles solicitam o prazo de 90 dias para resposta.
402 No ofício nº243/2014 do CEAS/PR à Procuradoria, foi mencionado que: Vera Cruz do Oeste: O CMAS
403 possui Regimento Interno. O CMAS não delibera recursos para as Entidades e não possui previsão para
404 manutenção da referida Instância na LOA/2013. Providências: O Conselho Municipal deverá solicitar ao
405 Órgão Gestor Municipal da Política de Assistência Social a apresentação mensal do balancete do Fundo
406 Municipal de Assistência Social - FMAS, e assim, deliberar que os 3% do recurso do Índice de Gestão
407 Descentralizada - IGD seja utilizado para a manutenção do CMAS. Ouro Verde do Oeste: O CMAS está
408 em regular funcionamento. O Regimento Interno não está de acordo com a Lei de criação do CMAS.
409 Providências: O CMAS deverá discutir sobre a possível adequação e alteração do Regimento Interno, em
410 conformidade com a Lei de criação do Conselho. **Parecer da Comissão:** Encaminhar Ofício aos
411 municípios c/c do Ofício do MP solicitando informações sobre as adequações realizadas com prazo de
412 resposta até 01/12. Orientar o município que a resposta poderá ser encaminhada ao e-mail do CEAS.
413 Com o retorno dos municípios, a Secretaria Executiva poderá dar o retorno ao MP. **Parecer do CEAS:**
414 Aprovado. **5.6 Ofício 032/2015 do CMAS de Mamborê.** O município encaminha Balancete Financeiro
415 do FMAS. Foi possível identificar a alocação de recursos do FMAS, e os Projetos Atividades. **Parecer da**
416 **Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **5.7 CMAS que não preencheram o Censo Conselhos**
417 **nos anos anteriores.** O CNAS solicita mobilização dos CMAS do Paraná que não preencheram o Censo
418 Conselho do ano de 2014, sendo eles: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cianorte, Doutor Camargo, Farol,
419 Guaraqueçaba, Iracema do Oeste, Itaperuçu, Manfrinópolis, Miraselva, Nova América da Colina,
420 Paranapoema, Salto do Itararé, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica e São Jorge D'Oeste. **Parecer da**
421 **Comissão:** Encaminhar ofício circular a todos os CMAS sobre o prazo de preenchimento do Censo
422 Conselhos. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **5.8 Inclusão de Pauta (Plínio – FOREAS):** O representante
423 do FOREAS da região de Jacarezinho, sugere que essa Comissão oriente os CMAS para mobilizar os
424 usuários referenciados nos CRAS com objetivo de fortalecer o protagonismo e as Instância de Controle
425 Social do SUAS dos municípios e regiões. **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:**
426 Aprovado. ° **Comissão Organizadora da XI Conferência Estadual de Assistência Social. 1)**
427 **Justificativa do município de Primeiro de Maio pela não realização da Conferência:** O município
428 justifica a não realização da Conferência por falta de Secretaria Executiva e apoio técnico para a execução
429 deste evento. **Parecer da Comissão:** Solicitar ao Escritório Regional visita técnica no município,
430 elaboração de Relatório e encaminhamento da Lei de criação do Conselho ao CEAS/PR. **Parecer do**
431 **CEAS:** Aprovado. **2) Justificativa do município de Pitangueiras pela não realização da**
432 **Conferência:** O município justifica que não realizou a Conferência Municipal dentro do prazo por conta
433 de falta de quórum; assim, a Conferência foi reagendada para o dia 30/09/15. O CMAS encaminhou cópia
434 do Decreto de convocação da Conferência Municipal. **Parecer da Comissão:** Solicitar ao CMAS
435 informações sobre a realização da Conferência, encaminhando cópia da Ata, lista de presença, cópia da
436 Lei e decreto de nomeação dos conselheiros. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3) Inclusão de Pauta:**
437 **Indicação de delegados/as governamentais e da sociedade civil para serem chefes da**
438 **delegação do Paraná.** O CNAS encaminhou nesta semana a solicitação para a indicação de dois
439 delegados/as, sendo um governamental e um da sociedade civil, para serem chefes da delegação do
440 Estado do Paraná. **Parecer da Comissão:** A Sociedade Civil indicou o delegado Artur. Solicitar da
441 plenária a indicação do delegada governamental. **Parecer do CEAS:** Aprovado a indicação do conselheiro

442 Artur representante da Sociedade Civil, e aguardamos a indicação do governamental. ° **Censo SUAS**
443 **2015 – Instrumento de gestão do Governo Federal** . Nessa oportunidade, a secretaria Executiva
444 Helena procedeu a leitura do formulário, sendo acompanhada pelos conselheiros presentes, que tinham
445 cópias em mãos. O documento foi posteriormente passado para todos, objetivando receber a rubrica dos
446 conselheiros. ° **Em apreciação:- Aprovado o Censo Conselhos 2015.** ° **Encaminhamentos da XI**
447 **Conferência Estadual de Assistência Social.** Foi informado pela Secretária Helena que o Relatório
448 final está sendo elaborado e terá prazo de 120 dias para o devido encaminhamento. Foi projetado na tela
449 o resultado obtido através das fichas de avaliação. Fez-se a leitura de uma carta enviada pelo ER de
450 Londrina, trazendo comentários sobre troca de hotel, ônibus com problemas, banheiros que não serviam
451 necessidade, refeições e etc. Outros conselheiros teceram elogios sobre hotéis, alimentação e meio de
452 transporte. Segundo o Presidente Rubens, o conselheiro Paulo ficou encarregado de elaborar uma
453 avaliação coletiva. Qualificando o processo, a conselheira Delvana, da SEED considerou o conteúdo da
454 palestra Magna excelente. Proferida pela Conselheira Luciana Silvestre (ER de Ponta Grossa) que usou de
455 muita objetividade, conseguindo fazer uma aproximação com outras políticas que a todos agradou.
456 Dando uma atenção especial, o conselheiro Paulo (APAE) considerou que os problemas surgidos não
457 tiraram o mérito dessa Conferência, atingindo os objetivos mesmo com as atribuições sofridas.
458 Considerou que para a sociedade civil essas manifestações estão encerradas. Na oportunidade, a
459 superintendente Maria de Lourdes deixou claro que as dificuldades para a tomada de decisão foram
460 preocupantes, após a desistência da empresa contratada. Mesmo assim a equipe foi coesa, adotando
461 como meta cumprir com o compromisso de realizar o evento, tendo apenas 4 dias úteis para
462 encaminhamento devidos. O resultado em termos de plenária final foi um sucesso. A nova empresa que
463 assumiu essa responsabilidade foi cordial, os técnicos foram orientados, adotando-se todo o cuidado
464 diante da emergência. Maria de Lourdes considerou que esse modelo de Conferência está para findar,
465 pois o custo é altíssimo. O Presidente Rubens procedeu um agradecimento a todos que atuaram nesse
466 evento, avaliando que sempre existirão pessoas que não sabem aproveitar os momentos de relevância e
467 aprendizagem que um evento dessa envergadura podem oferecer. Mais uma vez agradeceu de forma
468 penhorada o trabalho desenvolvido pela equipe da Secretaria Executiva, ao Vice Presidente Leandro
469 (SEDS) pela excelente condução das etapas, preocupado em contatar a Sociedade Civil a toda tempo,
470 posicionando os passos que estavam sendo tomadas. ° **Resoluções – Existe a obrigatoriedade do**
471 **Governo do Estado publicar as diretrizes do Estado aprovadas na Conferência em Resolução ou**
472 **Deliberação? - Em votação – Favoráveis: 13 votos.** De forma prudente, a superintendente Maria de
473 Lourdes expôs que tecnicamente falando, mesmo sendo aprovado, é necessário avaliar o que é factível.
474 Ela contextualizou que o Informe nº06 do CNAS trata das discussões e a construção das prioridades em
475 todos os níveis de governo para alcanças à unidade necessária para a consolidação do SUAS nos
476 próximos 10 anos, ela considera que transformar as deliberações da Conferência em Resoluções do
477 Conselho corre o risco de simplificar questões complexas e dimensionar o processo de construção técnica
478 e financeira que dependem dos entes federados como previsto na Política Nacional de Assistência Social.
479 Destacou o conselheiro Paulo (APAE) que seguindo essa lógica, é preciso desencadear a organização de
480 uma Comissão, provocando mesmo um efeito estudo. Baseado naquilo que foi discutido na Conferência.
481 No momento seguinte, os conselheiros foram alertados pela representante da Procuradoria Geral do
482 Estado, Dra. Daniela Simões para que não hajam precipitações, sem verificar o conteúdo jurídico.
483 Concordando, Maria de Lourdes (SEDS) achou plausível a criação de uma comissão para avaliar esse
484 processo e o planejamento de execução das diretrizes e Plano Decenal serão baseadas no Pacto
485 Federativo. Segundo o Presidente Rubens, o real objetivo é vincular ao Governo de Estado , fazendo um
486 encaminhamento para chegar mais próximo do gestor. Foi a vez da conselheira Inês Roseli (APAE)
487 segundo ela, ouvindo a Dra Daniela (PGE), preocupa mesmo a questão jurídica. Lembrou das
488 Deliberações que vieram dos municípios e que geraram cinco propostas. A comissão poderá ser criada e
489 analisando, tornar os pontos mais consistentes. Na sua manifestação, o representante da OAB, Dr. Luiz
490 Tortola apontou que a Conferência é instância superior ao Conselho, não podendo desfazer aquilo que já
491 foi dito. É necessário repensar, analisando a legalidade e os prazos. Essa comissão deverá avaliar, no
492 tempo e no espaço, o que poderá ser feito. O Presidente Rubens declarou que o bom censo aponta que
493 se constitua uma comissão, para não ser inconveniente quanto as questões jurídicas. Aprovado –
494 anulando a votação anterior, e revendo a temática, o plenário tomou uma nova decisão, acautelada pelas
495 orientações jurídicas. Segundo Maria de Lourdes (SEDS), essa comissão deverá ser paritária e deverá
496 executar um trabalho técnico, processual, com entendimento jurídico. Considerando os aspectos
497 mencionados, o Presidente Rubens consultou o plenário para a decisão final. ° **Em votação a Comissão**
498 **será constituída na reunião de Dezembro (somente com 2 votos contrários).** ° Informe:- Reunião
499 do FONACEAS em São Paulo, nos dias 17 e 18 de novembro/2015. Indicado o Presidente Rubens Marcon
500 para a reunião do Fórum. ° **Calendário das Assembleias do CEAS/2016** – Aprovado o calendário. °
501 **Panorama do Cadastro Único e Programa Bolsa Família no Paraná** – técnica Odelita. Foi explanado
502 aos conselheiros que o CADÚNICO tem tomado grande dimensão, na verdade uma importante ferramenta
503 a ser acessada - número de famílias no CADÚNICO: 1.198.290 – Beneficiários do Bolsa: 403.329.
504 Esclareceu a técnica Odelita que existem diversos programas que dependem desse cadastro, e os

505 detalhes devem ser seguidos nacionalmente. Já foi divulgada que ocorreu uma alteração nos cálculos e
506 está sendo exigido mais das três áreas: saúde, educação e assistência. Mencionou a necessidade de
507 poder contar com o apoio do CEAS e da SEDS, visando ressaltar a importância da Portaria 81 de
508 25/08/2015: materiais da Web Conferência, à disposição no site do SEDS (esse assunto foi considerado
509 pauta permanente no CEAS). A conselheira Dulce (SEJU), informou ter participado de um evento no
510 Parolim e lá sentiu uma situação que certamente irá se estender até outras comunidades. Através do
511 Programa Criança Protegida, nesse eventos providencia-se os documentos. Muitas crianças vão com os
512 avós que são parentes, porém não o representante legal. Informou ter contatado o Instituto de
513 Identificação, sendo dito que se houvesse uma assistente social com autorização do Juiz, poderia
514 representar os pais na feitura dos documentos. Após discussões sobre as atribuições do Assistente Social,
515 a Secretária Executiva sugeriu que fosse providenciada uma consulta ao CRESS, inicialmente, no que
516 tange às atribuições do profissional de Serviço Social referente ao acompanhamento de crianças e
517 adolescentes na elaboração de documentos, mesmo com autorização judicial. A conselheira Dulce (SEJU)
518 afirmou que em nenhum momento pensou-se em sair da legalidade. A informação foi trazida para
519 conhecimento do Conselho, visando adquirir mais cidadania e direitos humanos. Vencida a pauta do dia,
520 o conselheira Presidente Rubens procedeu o encerramento dessa assembleia agradecendo a participação
521 de todos os presentes. A presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles, digitada por Michelly
522 Miranda, sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.
523